

06 4360
10/3/98 13
289

AMAZÔNIA AMEAÇADA: Divergências entre deputados, autoridades e ambientalistas cercam propostas para conter o desmatamento

Governo quer florestas exploradas por concessão

Comissão externa da Câmara que investigou os madeireiros apresenta hoje relatório propondo moratória de 10 anos desde já

Chico Otavio e Vannildo Mendes

• MANAUS, BELÉM e BRASÍLIA. Enquanto a atividade madeireira avança sobre a Amazônia, Congresso e Governo divergem sobre a melhor forma de conter a devastação. Incluída no relatório final da comissão externa da Câmara que investigou as madeireiras asiáticas, a proposta mais radical defende a moratória do desmatamento por dez anos e a proibição das queimadas. No caminho inverso, o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, anuncia que o Governo vai enviar um anteprojeto ao Congresso propondo a concessão de florestas públicas para a exploração privada por prazo de até 30 anos. O embate entre as duas iniciativas deverá opor, mais uma vez, Governo e ambientalistas.

— Alguns continuam reagindo, como aconteceu na privatização da CSN, dando pontapés nos empresários. Isto é fazer o jogo do devastador — critica Krause, que acha o radicalismo verde um aliado involuntário da devastação.

Partidário da idéia de que só uma ação enérgica manterá a Floresta Amazônica de pé, o deputado Gilney Vianna (MT), presidente da comissão externa que investigou os madeireiros, não acredita na capacidade do Governo de disciplinar a exploração florestal. A moratória de dez anos é uma das 15 sugestões que serão apresentadas hoje, no relatório de Gilney, durante sessão da comissão externa. O trabalho também propõe a transformação de todas as terras públicas da Amazônia em unidades de conservação e a renovação da moratória do mogno (Decreto 1.963), que acaba este ano.

Para deputado, proibir extração não prejudica caboclo

Para Gilney, é balela acreditar na tese de que proibir o corte de árvores e as queimadas vai prejudicar os caboclos.

— Este é o falso dilema: desmatar ou passar fome. A ciência e a pesquisa mostram que a floresta em pé oferece condições de subsistência e áreas já desflorestar, se bem aproveitadas, são suficientes para alimentar de três a quatro vezes mais do que fazem hoje — argumenta.

O Governo não quer esperar tanto pelas alternativas científicas. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, argumenta que, enquanto a informalidade responsável pela extração predatória de madeira não for reprimida, a luta contra o desmatamento continuará no campo da ficção. Para ele, o caminho mais seguro é interferir nos preços, criando condições para a elevação do valor das toras.

— Se o caboclo receber mais pela tora retirada, não agredirá tanto a floresta na busca de sua subsistência — raciocina.

O objetivo do anteprojeto do Governo é mudar o perfil do mer-



UMA CARRETA CARREGADA de toras atravessa a Floresta Amazônica rumo a uma das 4.500 serrarias da região: pacote do Governo prevê barreiras por onde é transportada a madeira clandestina

cado informal da madeira. Martins adianta que, num primeiro momento, seria necessário ampliar a quantidade de florestas públicas dos atuais 15 milhões de hectares para 40 milhões. Em seguida, essas áreas seriam concedidas a empresas privadas interessadas em fazer o manejo florestal por prazo de até 30 anos (período que corresponde ao tempo necessário para a regeneração).

— Estabelecendo o controle, vamos gerar a escassez e mexer com os preços. Vamos colocar ordem nisso, arrumar a casa.

Gilney discorda. Para ele, não se pode acreditar num projeto de manejo cujo resultado só se conhecerá em 30 anos. No relatório da comissão, ele acusa o programa florestal brasileiro de resumir-se à política madeireira. O cenário descrito pelo relatório — fiscalização insuficiente e mercado negro respondendo por 80% da madeira fornecida às indústrias — associa a política florestal

a uma série de medidas tomadas pelo Governo que acabaram por empurrar os agentes da devastação para o coração da mata. A transferência incentivada de populações para a Amazônia, via programa de reforma agrária, e a política de incentivo à expansão da agricultura destinada à exportação, especialmente a soja, são alguns exemplos apontados. O quadro da devastação, enfatiza o relatório, também foi favorecido pela política mineral de abertura de novas concessões de exploração dos recursos minerais; abertura de novos eixos de transportes e outras obras incluídas no programa Brasil em Ação.

Os programas e projetos dessa política de integração, diz o documento, não foram objeto de estudos estratégicos para prever seus impactos ambientais de longo prazo. Em consequência, produzem efeitos semelhantes ao da antiga política de integração nacional do regime militar: altas ta-

xas de desmatamento e queimadas, exploração florestal predatória, invasão e exploração ilegal de terras indígenas e unidades de conservação e poluição dos rios.

Para uma corrente de ambientalistas, a solução para esse quadro desolador não deve vir dos gabinetes de Brasília e muito menos da pressão internacional. Especialistas como Frederico Arruda, professor de engenharia florestal da Universidade do Amazonas, defendem uma parceria entre o setor público e os povos da floresta.

— O Ibama não pode se apresentar como o órgão que prende a espingarda do caboclo e o faz morrer de fome. Precisa é ser um parceiro — diz.

Governo anuncia criação do "SPC das madeireiras"

O presidente do Ibama anunciou ontem que o Governo decidiu também criar um ranking mensal das madeireiras que cum-

prem e que desrespeitam a legislação ambiental. Espécie de SPC do setor madeireiro, essa lista será atualizada mensalmente e estará disponível na Internet. A medida tem como objetivo combater a pirataria no comércio da madeira e integrará o pacote de medidas que o Governo anunciará ao longo deste mês para conter a escalada da devastação. Martins afirmou que o pacote inclui ainda uma devassa no setor madeireiro a partir do dia 15 e o fortalecimento do sistema de barreiras nos pontos por onde são transportadas as toras clandestinas.

Com esse conjunto de medidas, o presidente do Ibama espera que o Brasil chegue a uma situação ideal de desmatamento zero dentro de dez anos. O SPC das madeireiras visa também a dar aos importadores de madeira brasileira referências sobre a idoneidade da empresa que está vendendo e o grau de degradação ambiental praticado na sua extra-

ção, como um selo de qualidade. Outra medida é o fim dos assentamentos predatórios de sem-terra que vêm proliferando na região. O novo modelo de colonização será baseado, segundo o presidente do Incra, Milton Seligman, num assentamento ecológico que privilegiará a recuperação de áreas degradadas, em vez de permitir o desmatamento. O MST será chamado para discutir o modelo, cuja versão definitiva será apresentada ao Governo amanhã pelo grupo de trabalho designado pelo Palácio do Planalto para decidir a agenda ambiental do país.

O Governo estuda também a desapropriação de fazendas cujo proprietário tenham desmatado a reserva legal (equivalente a 80% da propriedade) ou promovido práticas anti-ecológicas. ■

• AMANHÃ: Paragominas e Itacoatiara, a rotina em dois grandes pólos madeireiros

CORPO A CORPO

CAMILO VIANA

Uma fronteira aberta ao saque

• O médico, biólogo e ecologista Camilo Viana é um batalhador incansável em defesa da Amazônia. Aos 65 anos, 40 dos quais dedicados à defesa da região, ele se confessa desiludido e sua previsão é catastrófica: no atual ritmo de devastação, em 30 anos a Amazônia brasileira se transformará numa capoeira (mato rasteiro).

O GLOBO: Quem são os responsáveis pelo crescimento da devastação na Amazônia?

CAMILO VIANA: A Amazônia é uma fronteira totalmente aberta ao saque. É um festival predatório sem limites, protagonizado pela classe política, por interesses econômicos, por madeireiros, índios, pescadores, caboclos, fazendeiros, garimpeiros, pela coletividade e toda sorte de devastadores, até pesquisadores, que passam anos coletando dados e os brasileiros jamais conhecem os resultados.

• Ha solução?

VIANA: A nossa história está sendo escrita da pior maneira possível. Somos o terceiro maior exportador do mundo de material extrativista (minério, madeira e pescado), instrumento de alta agressão e devastação em favor de poucos, sem benefícios sociais. O processo de destruição está

descontrolado e boa parte da culpa é da própria sociedade, brasileira e amazônica, que, além de não reclamar, ainda procura tirar sua casquinha da devastação.

• Quem mais contribui para esse quadro?

VIANA: Há um outro "cupim" tão ou mais grave que os citados: a corrupção, que passeia pelas serrarias, atravessa os gabinetes de fiscalização do Ibama, chega de assalto às aldeias indígenas e corrói todos os extratos sociais da região.

• Como o senhor analisa as últimas medidas do Governo para conter a devastação?

VIANA: A política ambientalista da Amazônia é uma cortina de fumaça que contrasta com a fumaça real das queimadas. O presidente Fernando Henrique vetou a multa pelo crime de queimada, substituindo-a por um processo burocrático e inócuo para investigar responsabilidades por queimadas. O Ibama é um órgão inteiramente inoperante, como foi o IBDF, a Sudepe e tantos outros instrumentos burocráticos. Com esta estrutura, é impossível impedir a devastação da Amazônia. É impossível impedir as queimadas quando os próprios governos (federal, estaduais e municipais) financiam o desmatamento

CORPO A CORPO

GUSTAVO KRAUSE

"Vai falar em moratória para o caboclo!"

• O ministro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Gustavo Krause, garante que a Amazônia não terá o mesmo destino da Mata Atlântica ou das florestas tropicais da Ásia, massacradas pela exploração predatória de suas reservas madeireiras, porque os ecocidadãos vão protegê-la, e critica a proposta de moratória da madeira.

O GLOBO: Os ecologistas prevêm para a Amazônia o mesmo destino da Mata Atlântica e das florestas asiáticas. Há salvação?

GUSTAVO KRAUSE: A agenda muito esverdeada de certos ecologistas produz equívocos. O maior problema ambiental hoje não é verde, é marrom: a poluição urbana e das águas. Sessenta por cento das internações hospitalares decorrem da contaminação hídrica. O que diferencia o Brasil da Ásia é a nossa robusta democracia. A democracia e suas formas de controle social vão salvar a Amazônia brasileira. O cidadão não permitirá a devastação da Amazônia.

• Mas o Governo não tem um papel indispensável neste processo?

KRAUSE: O Governo optou pelo desenvolvimento auto-sustentável, que aproveite a riqueza amazônica para a melhoria da qualidade de vida, sem

destruir. O problema é que a Amazônia tem um significado para quem lá está e outro para o aventureiro que chega e vê a floresta como um móvel em pé. Preocupado com as pressões, o ministro da Agricultura da Malásia me perguntou se as madeireiras do seu país seriam bem-vindas. Eu respondi: se cumprirem a lei, sim; se não cumprirem, serão tratadas como delinquentes.

• Que medidas o Governo está adotando?

KRAUSE: As políticas públicas estão sendo revistas. Acabaram-se os incentivos ao desmatamento. O crédito agrícola está sendo reorientado para financiar práticas ecológicas, em vez de pastos. Está em curso um programa de monitoramento. Estudamos com o Incra um modelo de assentamento ecológico. Um projeto de lei disciplinará a exploração das florestas nacionais por meio de concessão à iniciativa privada. Tudo isso tem o objetivo de proteger a floresta, impedir a destruição da Amazônia.

• O que acha da proposta de moratória?

KRAUSE: É uma grande bobagem. É irreal. Vai falar em moratória para o caboclo! Isso é coisa de quem desconhece que na Amazônia há 20 milhões de pessoas necessitando de comida.